

Norma culta em gramáticas discursivo-funcionais

Felipe de Andrade Constancioⁱ

Carlos Gustavo Camillo Pereiraⁱⁱ

RESUMO

O século XX trouxe muitas contribuições à descrição do português como língua vernácula, na medida em que muitos manuais e compêndios de gramática tiveram sucessivas edições. Com a virada para o século XXI, não foi diferente, uma vez que surgiram gramáticas cujo conteúdo reivindica abordagens distintas para o tratamento da língua, seja na perspectiva da fala, seja na perspectiva da escrita. Este trabalho elenca duas dessas gramáticas, a saber, a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* e *A gramática do português revelada em textos*, de autoria de José Carlos de Azeredo e Maria Helena de Moura Neves, respectivamente, para recortar a concepção de norma culta em ambas. Diferentes abordagens teóricas têm demonstrado que as gramáticas em tela inovam na descrição do português pelo fato de que selecionam como os *corpora* dados da “língua em uso”.

Palavras-chave: Gramaticografia; Norma culta; Escrita.

ABSTRACT

The Twentieth Century has brought many contributions to the description of Portuguese as a vernacular language, as many grammar textbooks and handbooks had successive editions. With the turn to the 21st century, there was no difference, since there were grammars which content claims for different approaches to the treatment of language, whether from the perspective of speech or from the perspective of writing. This work lists two of these grammars, namely, *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* and *A Gramática do português revelada em textos*, by José Carlos de Azeredo and Maria Helena de Moura Neves, respectively, to point out the concept of a standard Portuguese in both works. Different theoretical approaches have demonstrated that the grammars in focus innovate in the description of Portuguese because they select, as the corpora data, “language in use”.

Keywords: Grammarography; Standard Portuguese; Writing.

ⁱ Doutorando em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e do Município de Volta Redonda.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9199-225X> | felipe.lettras.ac@gmail.com

ⁱⁱ Doutorando em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio. Bolsista do CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3113-5584> | gustavo.c.p@live.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É comum a observação de que a gramática normativa é atrasada; também é comum a noção de que a linguística moderna supera aquele modelo teórico, simplesmente pelo fato de que deu passos investigativos mais consistentes. Entre visões divergentes e convergentes, aqui se adota a possível confluência entre as duas perspectivas teóricas.

Valente (1997, p. 235) ratifica que “a normalidade linguística é própria do usuário normal da língua, aquele que usa a linguagem que a comunidade espera dele”, assim como Franchi (2006, p. 54) sugere que “a análise gramatical” segue “paralela à análise do mundo”. Como se vê, essas duas visões congregam o fato de que cabem na descrição da língua análises acerca da normalidade linguística e da criatividade na linguagem. É sobre esse tipo de análise que este trabalho se debruça.

Num primeiro momento, investe-se na distinção entre normas “reais” e normas “ideais”. Essa distinção é oportuna na medida em que retoma binômios antagônicos, a saber: a dita norma padrão, concebida como um modelo artificial de linguagem e depreendida em manuais caracterizados como gramática normativa; a dita norma culta, relacionada a modelos de uso relacionados à escolarização e a outros fatores que serão retomados à frente.

Após o breve cotejo entre normas “reais” e “ideais” no trato da linguagem, recorre-se à análise de configuração dos *corpora* de duas gramáticas escritas no século XXI – a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (AZEREDO, 2018) e *A gramática do português revelada em textos* (NEVES, 2018) -, já que essas obras pontuam o viés de que o texto escrito deve receber atenção na abordagem descritiva da língua e, além disso, convergem teoricamente para a tese de que o funcionamento da linguagem está atrelado a fatores de ordem dinâmica.

Para demonstrar como a língua em uso perpassa essas duas obras, investe-se no último tópico na abordagem particular que se opera em torno da regência verbal nas duas gramáticas. Tanto em Azeredo (2018) como em Neves (2018), há um tratamento diferenciado a respeito da regência verbal, sobretudo, no que tange à configuração dos *corpora*, cuja recorrência manifesta-se em textos “moldurados” em gêneros distintos (sem rechaçar a relevância da fala e do *corpus* literário para a análise linguística).

CONCEPÇÕES DE NORMA CULTA X NORMA PADRÃO

Um antagonismo é evidenciado no trato das normas vigentes no território da descrição do português como língua vernácula: trata-se das fronteiras (bastante movediças, é verdade) entre norma culta (cujo sinônimo é visto como “norma normal”) e norma padrão (cujo sinônimo é designado como “norma normativa”).

Faraco e Zilles (2017, p. 19) assim se posicionam acerca da chamada norma culta:

Por norma culta designa-se tecnicamente o conjunto das características linguísticas do grupo de falantes que se consideram cultos (ou seja, a “norma normal” desse grupo social específico). Na sociedade brasileira, esse grupo é tipicamente urbano, tem elevado nível de escolaridade e faz amplo uso dos bens da cultura escrita. A chamada norma culta é uma “norma normal”, porque é uma das tantas normas presentes na dinâmica corrente, viva, do funcionamento social da língua.

Como se pode notar, existem fatores condicionantes da norma culta – configuração do espaço urbano, escolaridade e acesso à escrita. Embora os autores sinalizem a “normalidade” na caracterização da dita norma culta, ela continua sendo a norma daqueles que têm acesso aos “bens” de prestígio de uma sociedade.

No caso da circulação dessa norma no espaço urbano, por exemplo, fica clara a segregação dos tais bens culturais em relação a fatores como empregabilidade, acesso a teatro, cinema, livrarias, bibliotecas públicas e outros serviços, todos responsáveis pela configuração da chamada normalidade linguística.

Sem sombra de dúvida, a escolarização também é um dos fatores condicionantes ao acesso à norma culta ou “norma normal”, como defendem os autores. Os anos de escolarização (que, no Brasil, ultrapassam uma década) condicionam a norma culta, já que são responsáveis pela fixação de padrões, seja na concordância verbal (“nós vamos”), seja na regência verbal (“ele chegou a São Paulo”), seja, ainda, na colocação/seleção pronominal (“ele a viu”). A escolarização tem um papel fundamental na “divulgação” da norma culta.

E não se pode esquecer a relevância que a escrita tem na socialização da norma entendida como “normal”. A escrita, diferentemente da fala, é artificial e, portanto, é apreendida nos bancos escolares, sendo que muitos indivíduos têm acesso a ela por

meio de sua relação social de leitura (ou por meio do estímulo da leitura em casa, ou por meio do estímulo da leitura na escola e nas relações sociais, que incluem acesso a revistas, jornais e livros). A “norma normal”, não se pode esquecer, é também fruto de relações sociais de prestígio.

Já a “norma padrão” assim é caracterizada por Faraco e Zilles (2017, p. 19):

Norma-padrão, por sua vez, é a expressão que designa a “norma normativa”, isto é, o conjunto de preceitos estipulados no esforço homogeneizador do uso em determinados contextos. Nesse sentido, a norma-padrão é um modelo idealizado construído para fins específicos; não é, portanto, uma das tantas normas presentes no fluxo espontâneo do funcionamento social da língua, mas um construto que busca controlá-lo.

Ao contrário da norma “real”, a norma “ideal” patenteia modelos de fala e de escrita pautados no como se deve comportar o usuário da língua. Para este modelo idealizante/idealizador da língua, há parâmetros que devem ser observados na comunicação falada ou escrita como regras de “etiqueta”, que quase sempre criam protótipos artificiais para esse falante/escritor ideal.

Esse tipo de norma, como defendem Faraco e Zilles (2017), consta, sobretudo, em manuais conhecidos como gramática normativa. Nesse tipo de manual, há um corpo de doutrina cuja fonte de abonação é a escrita literária, cujo modelo provém de escritores consagrados, geralmente do cânone eleito para ser usado como literatura de prestígio ou literatura de uma nação.

Nossa historiografia gramatical, construída sobremaneira ao longo do século XX, privilegiou esse corpo doutrinário para organização dos manuais de gramática. Nesse sentido, muitos autores do cânone literário (José de Alencar, Gonçalves Dias, Machado de Assis, para citar alguns) tiveram seus textos caracterizados como exemplos de lições gramaticais, seja como fonte de abonação, seja como modelo correto de linguagem a ser seguido.

Essa polarização entre norma “real” e norma “ideal” constitui um dos tópicos mais revisitados na história das ideias gramaticais no Brasil e no exterior. O que interessa pontuar aqui é o fato de que, recentemente (isto é, no início do século XXI), modelos gramaticais surgem, ora para resguardar a relevância da língua falada (mais próxima da norma culta), ora para assegurar a relevância da língua escrita (mais próxima de uma norma padrão).

A *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2018) e *A gramática do português revelada em textos* (2018) situam-se na interface das normas, uma vez que reivindicam, cada uma à sua maneira, um lugar para a expressão da chamada língua culta, sem perder de vista a necessidade de se apreender um *corpus* que dê conta da língua padrão. Ambas, como se verá a seguir, elencam o texto escrito e, mais propriamente, exemplos de texto literário, para singularizar a noção de normalidade linguística.

A GRAMÁTICA HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como diz o próprio Azeredo (2014, p. 85), “a *Gramática Houaiss* dá continuidade a uma tradição descritiva que atravessa todo o século recém-findo”. A obra teve sua primeira edição em 2008 e sua última edição é de 2018, sendo orientada pelos princípios assim ratificados pelo autor:

O objeto desta gramática é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil. Este recorte define o perfil fundamental do *corpus*: ser de língua escrita e ter autoria brasileira. Ela foi escrita, portanto, para um público amplo: quaisquer brasileiros cuja formação em língua portuguesa requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressão) e receptiva (compreensão) na modalidade escrita padrão. (AZEREDO, 2014, p. 83)

O recorte torna-se, portanto, bastante significativo, na medida em que o autor delimita o objeto de análise – a língua escrita – e o registro em xeque – a variedade padrão. Há que se ressaltar que a *Gramática Houaiss* não rompe com a tradição, ao contrário, ela é uma obra que revisita a tradição, pelo fato de apresentar no seu bojo teórico uma série de abordagens cujos manuais tradicionais traziam em seu corpo teórico no século XX.

Sobre o objeto de descrição, Azeredo (2018, p. 25) menciona o tipo de escrita que deve contar em sua gramática, a saber: a língua escrita empregada do Romantismo (século XIX) até os nossos dias. Sem cair em arbitrariedade, o autor menciona uma série de fontes das quais é extraído os *corpora* de sua obra.

Azeredo (2018, p. 25) justifica o recorte/ delimitação dos *corpora*:

Identificamos assim um conjunto sistemático de formas e construções da língua portuguesa empregadas razoavelmente em comum por escritores/jornalistas/autores brasileiros, desde a segunda metade do século

XIX até os dias atuais, em obras literárias, técnicas, científicas e ensaísticas em geral, assim como na maior parte dos textos impressos nos principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos.

Dessa forma, a 4ª edição¹ da *Gramática Houaiss* mantém a sua postura descritiva idealizada desde a primeira edição. Em relação à língua escrita, não é gratuita a opção do autor, já que sua delimitação em relação aos *corpora* abrange uma série de domínios discursivos pelos quais circula a língua dita padrão (cumpre ressaltar que, entre esses domínios, o autor lança mão dos usos de textos ensaísticos e técnicos para descrever a língua padrão brasileira).

Em relação aos exemplos de *corpus* literário², Azeredo (2018) percorre uma trilha adversa àquela preconizada por alguns linguistas, a saber: a língua literária pode ser um objeto de descrição na construção da identidade e cultura de um povo e, além disso, o modelo de escrita literária assume feições voltadas à criatividade linguística, ou seja, está na literatura a potencialidade máxima de expressão da língua.

Azeredo (2018) e Neves (2018) veem na língua literária não apenas a possibilidade de sistematização da língua, mas também a possibilidade de recriação autoral do léxico e das construções sintáticas colhidas em autores brasileiros. Como se pode notar, este caminho é adverso justamente pelo fato de preconizar e vislumbrar, por meio da literatura, a descrição da língua em seu uso expressivo.

A escolha pela língua escrita, a despeito de tudo que vem sendo encaminhado pela linguística moderna (a respeito da língua falada), passa a ser uma opção para desmistificar o fato de que a escrita não representa a espontaneidade da linguagem. Na consulta à *Gramática Houaiss* (2018), fica clara a noção de que há na língua escrita muitas manifestações de registro linguístico (monitorado ou menos monitorado). Nesse sentido, o autor mostra-nos que, no registro escrito, há padrões e normas em disputa, uma vez que a língua escrita pode ser colhida em crônicas (registro menos tenso), ensaios (registro mais tenso) em romances (registro mais familiar) e, dessa forma, pode configurar um padrão de frequência dos usos.

Assim defende Azeredo (2014, p. 84):

Não descartei textos ficcionais literários, que, a meu juízo, também seguem esse padrão. Assim se justificam exemplos tomados à obra de Machado de Assis, de Graciliano Ramos, de Aníbal Machado, de Carlos Drummond de Andrade, de Rubem Braga, para citar uns poucos nomes representativos do cânone linguístico-literário.

Embora Lagares (2016, p. 72) teça muitas considerações a respeito das opções teóricas adotadas na *Gramática Houaiss* (2018), ele reconhece que “essa gramática vai além da mera descrição sincrônica de fatos linguísticos”. Sem sombra de dúvida, trata-se de uma gramática que não rompe com a tradição, mas mostra outros caminhos descritivos, que o próprio autor considera salutares para a descrição de normas em competição.

Azeredo (2014, p. 84) oferece-nos uma série de exemplos dessa competição, a saber:

- (1a) Eles assistiram o jogo pela televisão.
- (1b) Eles assistiram ao jogo pela televisão.
- (2a) Naquela época, importava-se todas essas mercadorias.
- (2b) Naquela época, importavam-se todas essas mercadorias.
- (3a) Ele falava muito de um amigo que eu esqueci o nome.
- (3b) Ele fala muito de um amigo cujo nome eu esqueci.

O autor salienta que todos esses registros são possíveis de sistematização a partir do acesso ao *corpus* escrito selecionado para descrição, sendo que os registros constantes em “a” configuram registros de norma culta, e os registros constantes em “b” sinalizam usos da chamada norma padrão brasileira, ou seja, aquilo que pode ser “fotografado” em revistas, jornais e livros, desde o século XIX.

A *Gramática Houaiss*, em linhas gerais, configura-se como uma obra de referência para cotejo de registros da norma culta em comparação aos registros da norma padrão. Trata-se, portanto, de uma obra que não segrega o *corpus* literário pelo fato de que este comporta os usos padronizados do português do Brasil.

A emergência na elaboração de uma obra desta natureza parece atender aos princípios de que havia necessidade de renovar o olhar a respeito da escrita literária, uma vez que a crítica gramatical atribui a essa escrita o atraso que se verificava em compêndios brasileiros que apenas se baseavam em autores da literatura portuguesa para descrever o chamado português brasileiro.

A GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS REVELADA EM TEXTOS

Neves (2014, p. 69) oferece sua contribuição à descrição gramatical e assim se refere aos manuais que produziu:

São dois manuais de gramática/as obras propriamente de explicitação gramatical que elaborei:

(1) a primeira, a *Gramática de usos do português* (publicada em 2000; atualizada em 2011);

(2) e a segunda, a *Gramática do português revelada em textos* – título provisório (no prelo).

A autora elaborou duas gramáticas³ de filiação declaradamente funcionalista. Como se percebe, o projeto editorial de *A gramática do português revelada em textos* (2018) manteve-se, e a obra foi publicada com o mesmo título sugerido por Neves (2014). Por razões explicitadas a seguir, *A gramática revelada* cumpre, sem sombra de dúvida, um papel de viés pedagógico, já que, nitidamente, a autora menciona seu possível uso como material didático na escola básica.

A obra desempenha, nesse sentido, seu papel como gramática de uso (uma denominação revisitada em diversos textos da autora). Essa filiação não é gratuita, uma vez que se entende por gramática de uso um tipo de embasamento descritivo cujo conteúdo é estruturado por meio de textos (dos mais variados gêneros e das mais variadas manifestações – escrita ou falada). Assim pontua Neves (2014, p. 70):

A segunda, *A gramática do português revelada em textos* (Neves, no prelo; título provisório):

Também é de usos e também na mesma direção (ou seja, tratando as classes e funções a partir de seu envolvimento nos processos de constituição do enunciado);

E oferecendo o que defino como lições explicativas, sempre a partir de textos de gêneros diversos: não apenas textos escritos (inclusive os do banco que serviu à primeira obra, agora ampliado e estendido até o século XVI), mas também textos de registro de língua falada.

Na perspectiva funcionalista, o texto assume viés de unidade que comporta a significação das categorias da gramática e, portanto, passa a “emoldurar” (nas palavras da própria autora) conteúdos de língua viva. Desde a publicação da *Gramática de usos* (2011⁴), Maria Helena de Moura Neves vem se dedicando a descrever o português tanto

em sua variedade falada como em sua variedade escrita, já que essa dimensão descritiva dá conta de um vasto domínio de representações da língua.

Adotando a construção “textos reais”, a autora passa a dar visibilidade a materialidades consistentes de usos da língua. Dessa forma, convivem num mesmo plano descritivo textos da mídia, textos técnicos e textos literários, o que redimensiona o caráter funcionalista de sua vasta obra pelo modo como os textos servem de mote à estruturação das unidades da língua.

Além de estruturar *A gramática revelada em textos* (2018) de usos reais da língua (os diversos gêneros textuais contribuem para isso), Neves (2018) investe na noção de processos gramaticais, que são o fio condutor da seguinte premissa: as categorias da gramática só são categorias porque se filiam aos processos, de modo que estes organizam e dão corpo às categorias da gramática.

Assim como em Azeredo (2018), a literatura tem lugar garantido na organização da *Gramática revelada em textos* (2018). O lugar de fala assumido pela literatura em Neves parece ser o mesmo assumido por Azeredo (2018), a saber: os autores/escritores de literatura assumem a potencialidade máxima de expressão na língua e pela língua, uma vez que o plano de criatividade atravessa a constituição das obras literárias e permeia, portanto, os usos da língua em sua capacidade de significar pela expressividade. A literatura, tanto em Neves (2018) como em Azeredo (2018), mobiliza uma série de unidades da língua a serviço da expressividade e, por isso, deve constituir os *corpora* de gramáticas contemporâneas do português atualmente.

Vale ressaltar que o universo de análise dos *corpora* em Neves (2012) contribui para a agregação e para a convergência do princípio de que há gêneros que materializam na escrita elementos da oralidade, como nas crônicas. Neves (2012) já colocava em xeque a evidência de que as crônicas constituem um gênero misto, cuja procedência pode gerar textos formais ou textos mais articulados no âmbito da coloquialidade.

A interseção entre o formal e o coloquial está pontuada na *Gramática revelada em textos* (2018, p. 178), como nos exemplos de usos do imperativo:

- (1) *Venha cá, menino. Vá dizer a seu pai que eu estou chamando.* (ALE-R)
- (2) *Senhor! Permitti que o mundo seja salvo.* (OAQ-D)

Como se pode perceber, as manifestações do imperativo materializam-se em duas situações/contextos de uso da língua: no primeiro caso, em (1), o contexto configura-se informalmente, já que é uma situação de interlocução aparentemente familiar; no segundo caso, em (2), o contexto de situação é caracterizado como mais monitorado e, portanto, parece ser restrito ao âmbito religioso.

Diferentemente do que é notado em obras de tradição gramatical⁵, sobretudo do século XX, Neves (2018) confere um certo avanço, em termos de escopo descritivo, pois amplia o espaço destinado aos exemplos dos *corpora*, que agora passam a figurar num mesmo espaço de análise. Nesse sentido, o equilíbrio analítico, entre textos do registro oral e textos do registro escrito, cria uma tensão no escopo doutrinário da gramática pelo fato de congregar diferentes vieses à análise dos dados que constituem verdadeiros inquéritos (sediados, por exemplo, na UNESP de Araraquara, instituição a que a autora é filiada).

Como se vê, *A gramática do português revelada em textos* (2018) dá provas de que abona a sua teorização descritiva nos mais diversos usos materiais da língua, ou, como diz a própria Neves (2018, p. 18), nas “ocorrências de linguagem”. Por essa razão, esse compêndio, nitidamente destinado à aplicação na sala de aula da escola básica, traz uma série de avanços metodológicos em sua organização. A seguir, enfatizam-se os avanços operados no território da regência verbal.

ANÁLISE DA REGÊNCIA VERBAL NOS CORPORA

Na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, Azeredo (2018, p. 237 – 248) aborda o tema da regência verbal no capítulo “O período simples II: tipologia sintática do verbo”. Nesse capítulo, há uma série de ponderações a respeito da regência verbal de modo que o autor oferece possibilidades de uso, ora menos formais, ora mais formais.

Há usos como os de (a) e (b):

(a) Lavar a roupa / Lavá-la.

(b) Resumir a história / Resumi-la.

Note-se que os pares são bastante elucidativos em relação à comparação entre as normas culta e padrão, respectivamente. Sem sombra de dúvida, os pares revelam a dualidade de normas no português brasileiro, já que o conteúdo da esquerda (“lavar a roupa” e “resumir a história”) sugere menos monitoramento por parte dos falantes/escritores, ao passo que os exemplos à direita (“lavá-la” e “resumi-la”) são pertencentes à esfera mais monitorada da linguagem e, portanto, são pertencentes ao domínio da língua padrão.

Do mesmo modo, Azeredo (2018, p. 241) oferece-nos a oportunidade de comparar os usos de (c), (d) e (e):

- (c) Pertencer ao trabalhador / Pertencer-lhe.
- (d) Agradar aos amigos / Agradar-lhes.
- (e) Referir-se aos antepassados / Referir-se-lhes.

Tais exemplos são ilustrativos em relação aos usos do dativo “lhe” em língua portuguesa, sobretudo no âmbito do registro padrão, na medida em que construções como “Pertencer-lhe” e “Agradar-lhes” figuram prototipicamente em textos escritos, ao passo que as outras construções preposicionadas têm ocorrências mais evidentes na língua falada. Não se pode deixar de sinalizar que até mesmo construções como “Agradar os amigos” são passíveis de uso em registros menos tensos e de menor monitoramento, cuja ocorrência é mais comum no registro oral.

Azeredo (2018, p. 242) reconhece ainda usos como os de (f) e (g):

- (f) Ela teve medo de assistir o final do filme.
- (g) Esse foi o filme que eu mais gostei.

Utilizando-se do argumento de que as preposições têm sofrido um “esvaziamento semântico”, o autor mostra-nos que os registros de (f) e (g) não só são comuns na língua falada como também são frequentes atualmente na língua escrita, como no caso do exemplo “Esse foi o filme que eu mais gostei”, em que há supressão da preposição “de” que, pela norma padrão, deveria figurar anteposta ao pronome relativo (de que).

A *Gramática Houaiss* não deixa de sinalizar que estes são exemplos do “português corrente no Brasil” e, por isso, trata-se de uma obra preocupada com usos reais do português. Por esse viés, pode ser considerada uma obra que transita entre usos do português culto e do português padrão.

Na *Gramática do português revelada em textos*, Neves (2018, p. 1241 - 1256) trata da regência verbal na ampla seção intitulada “Sintaxe do verbo”. Nessa seção, a autora oferece ao leitor a possibilidade de comparação dos seguintes usos de (h), (i) e (j), comuns em registros distintos da língua:

- (h) A junta médica que assiste o presidente da Rússia, Boris Ieltsin, determinou que vai operá-lo dentro de um prazo de seis a oito semanas. (FSP)
- (i) Carlito Rocha estava a quilômetros dali e não assistira ao treino. (ETR)
- (j) Certo dia, enquanto assistia um coral, viu em um dos rapazes a imagem perfeita de Cristo. (DSP)

O exemplo de (j), como afirma Neves (2018, p. 1242), contraria as prescrições da gramática normativa, no sentido de que é um uso cujo complemento não é antecedido pela preposição “a”, geralmente presente em exemplos constantes das gramáticas de filiação declaradamente normativa⁶. Como se pode perceber, a construção “assistia um coral” figura como uma estrutura possível no âmbito da norma culta e, dessa forma, como estrutura em competição com os outros registros. A *Gramática revelada* comporta exemplos como este e dá-lhes crédito na medida em que abona sua ocorrência em usos reais da língua.

Assim como em Azeredo (2018), há em Neves (2018, p. 1247) outros usos em competição como os de (k) e (l):

- (k) Toda a espontaneidade de que gostava na vida se esfumou. (FSP)
- (l) O lugar que gosto fica longe e estou sem carro. (CH)

O caso das relativas cortadoras figura na *Gramática do português revelada em textos* não como uma aberração linguística, mas como um uso representativo do

chamado domínio culto, já que esse tipo de construção é representativo nos *corpora* tanto do registro oral quanto do registro escrito.

Dessa forma, a *Gramática do português*, de Neves (2018), é também representativa em relação à convergência das normas presentes no português. Além de apontar essa convergência, o manual da autora trata os exemplos como materializações da língua em situações reais de uso.

Mesmo sinalizando os usos ditos padrões, como no exemplo de (k), Neves (2018) pontua a relevância de usos como o de (l), de modo a criar uma tensão entre normas que convivem num mesmo território e, por assim dizer, integram o que se convencionou chamar português brasileiro (PB). Os exemplos em competição ajudam a entender de modo mais coerente usos mais monitorados e usos menos monitorados em variados gêneros e em variados registros do português.

Tanto a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2018) como a *Gramática do português revelada em textos* (2018) assumem a abordagem de que a língua é dinâmica e, portanto, precisa ser descrita pautada nessa dinamicidade. Os autores optam por uma descrição em que figuram exemplos ora do domínio culto ora do domínio padrão do português, sem perder de vista, é claro, a importância que a língua literária tem como balizadora dos usos expressivos e criativos. Configuram-se, portanto, como gramáticas contemporâneas cujo percurso descritivo é fundamentado por um *corpus* coerente de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celso Cunha (1970, p. 21) ensina-nos que “a estratificação é a morte letárgica de um idioma”. Dessa forma, a necessidade de evidenciar o parâmetro dinâmico e mutável da língua passa justamente pela sua renovação descritiva. Os manuais analisados em tela (a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2018) e a *Gramática do português revelada em textos* (2018)) renovam, por assim dizer, o caráter descritivo da língua.

O breve percurso analítico aqui empreendido mostra-nos que:

a) ambos investem na descrição da língua em suas variedades culta e padrão, na medida em que explicitam usos de uma e outra, sem avaliá-los como negativos ou positivos;

b) as duas gramáticas apontam a língua literária como um território repleto de potencialidades expressivas e criativas, sem, no entanto, colocar num pedestal esse tipo de variedade da língua;

c) os dois autores assumem o compromisso de descrever a língua em usos reais e, por isso, investem na exploração dos mais variados gêneros textuais para, a partir de análises empíricas, construir as regularidades e sistematizações de que dispõem as gramáticas.

Além de não romperem com a tradição gramatical, os manuais cotejados assumem as vertentes discursivas e funcionalistas, uma vez que encontram nelas a base teórica para pautar os processos de regularidade e de sistematização dos fatos da língua. A clara filiação teórica aos modelos discursivos e funcionais demonstra a natureza empírica do processo descritivo: os textos do *corpus* sustentam a manifestação das estruturas da língua.

A análise do fenômeno sintático regência verbal evidencia o caráter empírico da análise linguística empreendida na *Gramática Houaiss* e na *Gramática revelada*, na medida em que explicita processos de mudança operados pela frequência e pela dinamicidade dos usos reais da língua. O fato de que ambas as gramáticas sinalizam formas em competição em registros variados demonstra que o português brasileiro merece estudos que visam à comparação de normas em claro processo de mutação.

A *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2018) e a *Gramática do português revelada em textos* (2018) adotam um percurso descritivo que tem muito a contribuir em termos de configuração e de caracterização de uma norma culta emergente. São, em linhas gerais, obras pioneiras que iniciaram a difícil tarefa de delimitação do português culto, falado e escrito em território brasileiro. Além disso, são gramáticas que põem em xeque noções limítrofes como normatividade e normalidade, de modo a adotar um discurso de conciliação de teorias.

Referências

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2018.

_____. “Como defino a Gramática Houaiss da língua portuguesa, de minha autoria”. In: NEVES, Maria Helena de Moura et alii. *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FRANCHI, Carlos et alii. *Mas o que é mesmo “gramática”?*. São Paulo: Parábola, 2006.

LAGARES, Xoán Carlos. “Gramática Houaiss: o impossível equilíbrio entre descrição e prescrição”. In: FARACO, Carlos Alberto et alii. *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. “Defino minha obra gramatical como...”. In: NEVES, Maria Helena de Moura et alii. *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

Recebido em: 21/01/2021

Aceito em: 02/04/2021

¹ O uso da 4ª edição da *Gramática Houaiss* neste trabalho deve-se ao fato de que esta edição comporta todas as alterações empreendidas pelo autor desde 2008, quando a obra foi publicada pela primeira vez.

² O autor caminha na contramão do que preconizam outros compêndios de gramática do século XXI. Sobre o uso do *corpus* de língua falada, recomenda-se ao leitor a consulta de Castilho (2012).

³ Neste trabalho, não se pretende tratar das especificidades da *Gramática de usos do português* (2011). Embora *A gramática do português revelada em textos* (2018) tenha muitas afinidades teóricas com aquela obra, há nesta muitas especificidades descritivas.

⁴ Neste trabalho, usa-se a 2ª edição da *Gramática de usos do português* (2011).

⁵ Aqui há uma alusão às gramáticas reconhecidamente tradicionais/normativas.

⁶ Para uma melhor assimilação e caracterização do termo gramática tradicional/normativa, sugere-se a consulta às obras de Cavaliere (2014) e Vieira (2018). Em ambos, há uma delimitação bastante coerente a respeito desses compêndios.